

José Guilherme Cantor Magnani

A antropologia, entre patrimônio e museus

Aviso

O conteúdo deste website está sujeito à legislação francesa sobre a propriedade intelectual e é propriedade exclusiva do editor.

Os trabalhos disponibilizados neste website podem ser consultados e reproduzidos em papel ou suporte digital desde que a sua utilização seja estritamente pessoal ou para fins científicos ou pedagógicos, excluindo-se qualquer exploração comercial. A reprodução deverá mencionar obrigatoriamente o editor, o nome da revista, o autor e a referência do documento.

Qualquer outra forma de reprodução é interdita salvo se autorizada previamente pelo editor, excepto nos casos previstos pela legislação em vigor em França.

revues.org

Revues.org é um portal de revistas das ciências sociais e humanas desenvolvido pelo CLÉO, Centro para a edição eletrónica aberta (CNRS, EHESS, UP, UAPV - França)

Referência eletrônica

José Guilherme Cantor Magnani, « A antropologia, entre patrimônio e museus », *Ponto Urbe* [Online], 13 | 2013, posto online no dia 31 Dezembro 2013, consultado o 18 Julho 2014. URL : <http://pontourbe.revues.org/680> ; DOI : 10.4000/pontourbe.680

Editor: Núcleo de Antropologia Urbana

<http://pontourbe.revues.org>

<http://www.revues.org>

Documento acessível online em:

<http://pontourbe.revues.org/680>

Documento gerado automaticamente no dia 18 Julho 2014.

© NAU

José Guilherme Cantor Magnani

A antropologia, entre patrimônio e museus

Introdução: um cinema de arte

- 1 Em março de 2010 o Banco HSBC suspendeu seu patrocínio ao Cine Belas Artes, situado na esquina da Rua da Consolação com a Avenida Paulista. Considerado “cult”, suas salas de projeção – com nomes tão sugestivos como Villa-Lobos, Candido Portinari, Oscar Niemeyer, Aleijadinho e Carmen Miranda – exibiam filmes fora do *mainstream* do circuito comercial.
- 2 A decisão movimentou setores da cena cultural paulistana e o Movimento pelo Cine Belas Artes (MBA) já em julho desse ano lançou campanha de arrecadação de recursos para garantir seu funcionamento. E como precaução, em janeiro do ano seguinte, entrou com uma solicitação de tombamento junto ao Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRESP). O proprietário respondeu com pedido de aumento de aluguel ou então retomada do imóvel e em 17 de março de 2011 o cinema fechou as portas, o que levou a uma intensa movimentação, com manifestações de rua, artigos em jornal e blogs, denúncias sobre o descaso com a cultura e as artes, debates sobre sua condição de patrimônio histórico da cidade – afinal, com o nome de Trianon este cinema existia desde 1943.
- 3 O agito em sua defesa continuou, pois o CONPRESP recusou o pedido – o que tombar? segundo suas normas, o prédio, o único item que podia ser contemplado, não tinha valor arquitetônico que justificasse a medida... Voltou-se à carga com razões de ordem cultural, o Ministério Público interveio com ação que levou a uma liminar aberta pela 13ª Vara da Fazenda Pública; em seguida o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT), órgão estadual de proteção ao patrimônio, aceitou novo pedido de tombamento e até a Câmara Municipal entrou na jogada, abrindo uma CPI e convocando o diretor do CONPRESP para depor.
- 4 É notável a movimentação de todos esses atores em torno do assunto e, mais interessante ainda, o fato de a discussão ter acionado quase todas as conhecidas facetas do patrimônio: arquitetônico, artístico, histórico, e até o mais recente, imaterial. Algo similar tinha ocorrido, meses atrás, com o Parque da Água Branca, bem tombado pelo CONDEPHAAT e que, por iniciativa de uma primeira dama em sua curta passagem pelo Governo do Estado de São Paulo, começou receber “melhorias” e reformas sem os devidos cuidados, até mesmo os legais: resultado: a Sociedade de Amigos do Parque da Água Branca movimentou-se, foi aos jornais, acionou diversos órgãos e até hoje a situação está a meio resolver.¹
- 5 Começo as reflexões sobre “Novos sujeitos, novas tecnologias e novos usos de museologia e preservação”, tema proposto para esta edição da Vibrant, com estes fatos porque ilustram bem os desencontros entre diferentes concepções de patrimônio, as limitações de medidas legais supostamente destinadas a protegê-lo e sua repercussão para além do círculo dos órgãos técnicos pertinentes – o que traz a oportunidade de colocar a questão em outro quadro de referência e análise.
- 6 A situação do Cine Belas Artes em especial constitui, além do mais, uma boa oportunidade para essa reflexão na medida em que está situado no interior de uma *mancha* descrita e analisada pelo Núcleo de Antropologia Urbana (NAU/USP) em 1991². Nessa época, o cinema constituía um dos polos estruturadores, juntamente com o Bar Riviera, da dinâmica em torno do cruzamento da Rua da Consolação com a Avenida Paulista.
- 7 Vale a pena caracterizar esse bar, dado o papel que ocupava no interior da *mancha*, fazendo uma espécie de dobradinha com o Belas Artes: de longa trajetória – recebeu esse nome em 1949 –, era procurado por famílias, juízes, médicos e servia lanches, chá, sorvetes. No final dos anos 1950 passou a ser frequentado por estudantes (Direito de São Francisco, Mackenzie). Na década de 1960 serviu como ponto de encontro para militantes de diversas tendências políticas (tendo sofrido invasões policiais) e por um público ligado a teatro, cinema música. Foi cenário do filme “Besame Mucho”, sobre os anos da repressão, de uma música de Sá e Guarabira (“A

gente já era no tempo do blue Riviera”) e foi fonte de inspiração para o cartunista Angeli, com seus personagens “Rê Bordosa”, “Meia Oito” e “Juvenal” – este, um garçom que trabalhou mais de trinta anos no bar. (Torres, 2008:75)

- 8 O Baguette Grelhados e Massas, o bar Chamego, a boite gay Nostromondo, a Livraria Belas Artes, o bar Metrópolis, a Livraria Kairós e as diversas bancas de venda de livros usados nas calçadas adjacentes, entre outros equipamentos, completavam essa mancha de encontros, cultura e lazer, atravessada pelos diferentes trajetos ³ dos frequentadores em suas escolhas e preferências. Este quadro, contudo, mudou: o Bar Riviera fechou em 2006, assim como a maior parte dos estabelecimentos que dava o tom particular a esse espaço e atraíam o fluxo.
- 9 Seus frequentadores deslocaram-se em direção à Rua Augusta, em torno do então Espaço Unibanco (atualmente Espaço Itaú de Cinema), e do Shopping Frei Caneca e suas salas de projeção. Essa porção, denominada Baixa Augusta, que desce para o centro da cidade – por oposição ao tramo da rua voltado em direção aos Jardins, mais nobre – apresenta uma nova vitalidade. Anteriormente conhecido como espaço de lazer erótico por suas saunas mistas, garotas de programa e travestis postados nas esquinas, ampliou o leque de formas de uso e desfrute com a abertura de bares de frequência universitária, cafés, lojas de discos, livros e cds., casas de *indie rock*, com circulação de novos atores como os grupos de straight edges e público sofisticado gay, além dos frequentadores das diversas salas de cinema.
- 10 A *mancha* anterior, ancorada na esquina da av. Paulista com a rua da Consolação, outrora efervescente em termos de consumo cultural, atualmente é local de passagem, com pontos e pistas exclusivas de ônibus, intenso fluxo carros e, bem ao lado do antigo cinema, há uma entrada da nova linha do metrô. Se antes era local que se cruzava de forma pausada, em busca de lazer e encontro, agora é marcada pela rapidez dos deslocamentos.
- 11 A discussão sobre a permanência ou não do cine Belas Artes está diretamente ligada às transformações ocorridas nesse espaço, o que leva a refletir sobre o papel de um bem cultural e seu valor de patrimônio no contexto da paisagem urbana e na trama dos *trajetos* de seus frequentadores. Neste caso, a perspectiva da Antropologia, e em especial da Antropologia Urbana, com os temas de estudo e métodos de pesquisa desenvolvidos no NAU, pode contribuir para o debate.

O Parque do Povo

- 12 O Núcleo de Antropologia Urbana, com efeito, tem uma trajetória ligada a questões do patrimônio e museus. Entre suas atuações cabe destacar uma, ligada ao tombamento do Parque do Povo em 1994, também em São Paulo, pelo CONDEPHAAT. A elaboração do processo de tombamento contou, além das fundamentações de ordem histórica e ambiental, com o relatório de uma pesquisa de campo sobre a especificidade da prática ali realizada, o futebol da várzea.
- 13 Destacando a novidade do caso, um artigo na Revista do Patrimônio (Magnani & Morgado, 1996), começava por lembrar que o tombamento de espaços como terreiros de candomblé, sítios remanescentes de quilombos, vilas operárias, edificações típicas de migrantes e outros dessa ordem, isto é, ligados ao modo de vida (moradia, trabalho, religião) de grupos social e/ou etnicamente diferenciados – já não causava muita estranheza: apesar de ainda pouco comum, a inclusão de itens como esses na lista do patrimônio cultural oficial mostra a presença de outros valores que ampliam os critérios tradicionais imperantes nos órgãos de preservação.
- 14 O tombamento do Parque do Povo, porém, de certa maneira se diferenciava dos acima citados: tratava-se de uma área de 150.000 metros, localizada em região nobre e das mais valorizadas da cidade ⁴. Dividida em vários campos de futebol de terra, era ocupada por times conhecidos como “de várzea”: Marítimo Futebol Clube, Grêmio Esportivo Canto do Rio, Tintas Cirola, Sociedade Esportiva Flor do Itaim e outros que, de segunda a domingo, organizavam ruidosas e concorridas disputas na forma de “torneios” e “festivais”, atraindo frequentadores dos mais diversos e longínquos bairros de São Paulo. O parque abrigava também um circo e um teatro onde se realizavam bailes, nos fins de semana.
- 15 Se o que inicialmente justificava o pedido de tombamento tinha sido a necessidade de manter uma área verde, com vistas à qualidade ambiental da cidade, a comprovação da presença contínua de times de futebol varzeano no local, desde ao menos a década de 1930, fez com que

este fosse o motivo principal para a preservação do parque. A região, com efeito, constituía uma das tantas áreas de várzea – no caso, do rio Pinheiros – tradicionalmente ocupadas por atividades de entretenimento, nos fins de semana, e que foram paulatinamente incorporadas em virtude do processo de urbanização.

16 A área onde está o Parque do Povo, entretanto, permaneceu – não como mero testemunho ou vestígio de uma antiga modalidade de ocupação – mas de forma ativa, só que cada vez mais destoante em relação à sofisticada ambiência do bairro que o circundou. E aqui começou a saga desse processo comparativamente aos que habitualmente tramitam nos órgãos de preservação.

17 Em primeiro lugar, tratava-se de espaço ligado a uma atividade de lazer – note-se que à época ainda não se falava em “patrimônio imaterial” – e não de moradia, trabalho ou devoção, que eram os aspectos geralmente invocados para justificar a preservação de lugares de culto, instalações e equipamentos de trabalho, exemplares de sistemas construtivos peculiares. Além dos campos de terra demarcados a cal e de algumas benfeitorias sem nada de especial, o parque não exibia qualquer suporte material de interesse arquitetônico ou artístico.

18 Em segundo lugar, apesar da histórica e comprovada ligação da prática atual com a ocupação original do terreno, tratava-se de uma forma de lazer popular que já não guardava relação com a imagem dos pic-nics de outrora, quando os rios que margeiam São Paulo ofereciam, com seus caprichosos meandros, aprazíveis recantos para esparecimento das famílias. Agora, os corpos, as cores, os odores, os uniformes, as expressões verbais, a poeira dos campos conformavam um repertório que não combinava com a estética dos prédios, o comportamento dos transeuntes e moradores e até com os modelos de carros do seu entorno, de classe média alta.

19 O Parque do Povo, para alguns – a começar pelo nome – certamente ficaria melhor na periferia. Claro, as regiões mais nobres da cidade podem conviver com aquelas pessoas, desde que envergando os uniformes de trabalho, usando o linguajar adequado, nos horários previstos. Mas, para divertir-se? Convenhamos... O jogo de inversões e contrastes, porém, não parava por aí. Todos sabem que lazer é no fim de semana; resulta que no Parque do Povo havia jogo de futebol durante dias úteis. Afinal, quem são seus frequentadores? Gente honrada? De onde eles vinham? Um dos achados da pesquisa foi que, diante da suspeita com relação a “marmanjos” jogando futebol justo numa segunda-feira, dia de trabalho, descobriu-se que eram trabalhadores (e sindicalizados) da área de restaurantes, hotéis e afins, cujo dia de descanso é, justamente, a segunda-feira...

20 Estava em pauta uma proposta de eliminar aquela “ferida” no tecido urbano, como até foi denominado, e ocupar a área com algumas alternativas mais condizentes com o entorno: um glamoroso *shopping center*, um belo parque, ou mesmo um conjunto de apartamentos em estilo algo pós-moderno, bem ao gosto da recente ocupação da marginal Pinheiros, mais adiante. Tudo, é claro, segundo as normas de um paisagismo adequado. No entanto, alguns usuários se movimentaram, surgiu uma associação, buscaram-se parceiros na imprensa, na Câmara Municipal, na Universidade, e o Parque do Povo finalmente, depois de várias vicissitudes, foi tombado, garantindo-se assim, o direito ao lazer, e uma forma de lazer de características populares, num espaço assim ocupado de longa data.

21 Lamentavelmente, passados 12 anos, nada restou do propósito original. Veja-se o que se diz no site atual da prefeitura:

“O Parque está instalado numa área que pertencia à Caixa Econômica Federal e ao Instituto Nacional do Seguro Social. Durante mais de 20 anos, cerca de 11 agremiações esportivas exploraram irregularmente o local. A Prefeitura conseguiu a cessão de uso do espaço em 2006. O projeto educativo e ambiental desenvolvido no local inclui sete trilhas auto-explicativas, nas quais estarão distribuídas as plantas que formam parte das coleções botânicas do parque. Entre elas, está a coleção de plantas aromáticas e medicinais que compõem o Jardim Sensitivo. As espécies do jardim despertam o tato, o olfato e o paladar. As pessoas podem tocar, cheirar e até morder folhas de plantas e árvores para conhecê-las”.⁵

22 Pois entre esses “ocupantes ilegais” (por mais de 20 anos!) estavam justamente os atores sociais cuja prática motivara o tombamento, medida a que, aliás, não se faz a mínima referência no referido site. Mas agora, afastados os indesejáveis frequentadores, é possível tocar, cheirar e morder as folhas das plantas aromáticas...

- 23 Como se percebe, nem sempre o tombamento é o mecanismo que se pode acionar, com proveito e rapidez, para defesa de algum bem – vide o caso do Cine Belas Artes – e, em outros, tampouco garante a devida proteção (Parque da Água Branca e Parque do Povo). Bens sem suporte material tangível e/ou duradouro, como o traçado dos campos de futebol na terra, com cal, são mais vulneráveis, assim como aqueles relacionados a práticas de agentes sociais com reduzido poder de negociação: foi o que ocorreu no Parque do Povo quando nem mesmo instituições de prestígio envolvidas na disputa, garantiram a eficácia do instrumento.
- 24 Se uma pesquisa de tipo etnográfico consegue trazer novos elementos para fundamentar medidas de proteção é preciso considerar que a estratégia não pode valer-se apenas de técnicas, pois o contexto é sempre político, depende do poder de negociação dos envolvidos. A propósito, cabe lembrar outra demonstração desse poder dos moradores do Itaim-Bibi, que já haviam conseguido sustar o projeto original do parque do Povo. Em 2011 por meio de sua associação (SOS Itaim Bibi) obtiveram liminar contra a venda do chamado “Quarteirão da Cultura” – um terreno de 22 mil metros quadrados com creches, posto de saúde, teatro (Teatro Décio de Almeida Prado), biblioteca (Biblioteca Pública Anne Frank) e uma unidade da APAE – que a Prefeitura pretendia negociar com uma construtora em troca de construção de creches.
- 25 Atualmente o conceito de bem imaterial é acionado para poder contemplar a especificidade desses casos; mesmo assim, quando o bem em disputa envolve interesses de outro tipo que não o “meramente” cultural, dificilmente se consegue assegurar a devida proteção. O que implica a necessidade de recorrer a outros instrumentos para caracterizar um bem como digno de proteção, e implementar outras medidas, além das atualmente previstas na legislação. Uma dessas medidas, por exemplo, prevista em Lei Municipal de 2004 é o Plano de Bairro, que propõe, a partir da participação de moradores em fóruns e assembleias, soluções para os problemas do bairro.
- 26 Aplicado em 2008 em Perus, zona norte da capital, em 2012 foi acionado por moradores do bairro Vila Madalena, diante da ameaça de construção de um *shopping center*; inicialmente o Movimento pela Vila tinha cogitado no tombamento como forma de evitar a descaracterização do tradicional bairro, berço da contracultura, do cinema independente e de outras manifestações de arte e cultura.

Santana de Parnaíba

- 27 Voltando mais atrás ainda, nessa tentativa de recuperar experiências no campo da antropologia e patrimônio, cabe mencionar o projeto “Santana de Parnaíba: memória e cotidiano” que coordenei como parte de uma consultoria para o CONDEPHAAT, em 1984. Santana de Parnaíba, cidade situada da região metropolitana de São Paulo, contava com um acervo arquitetônico sob proteção estadual e federal, mas apresentava problemas no contato entre moradores e técnicos dos órgãos oficiais, o que trazia dificuldades para a implementação de algumas medidas previstas pelas políticas de preservação. Para diagnosticar esses problemas, Antônio Augusto Arantes, à época presidente do órgão, recorreu ao CEDAC (Centro de Estudos e Documentação para a Ação Comunitária), presidido pela professora Ruth Cardoso que, por sua vez, indicou-me para realizar o trabalho. Assim começava o relatório:
- “As chamadas cidades históricas não são apenas cenários de antigos acontecimentos e que ainda conservam, no traçado e casario, as marcas da época; é preciso reconhecer que a vida, aí, continua. As relações entre os atuais atores com esses cenários, contudo, nem sempre são levadas na devida conta pelos órgãos de preservação. Esta omissão pode ser percebida em algumas premissas que orientam a prática preservacionista. A primeira é a suposição de que os critérios com os quais se selecionam e classificam os bens culturais são universais e que são compartilhados de forma homogênea por todos os usuários. A outra é considerar estes últimos como meros obstáculos à preservação já que na maior parte das vezes a relação usuários/ órgãos preservacionistas é conflitante, seja no que diz respeito aos critérios de escolha, seja com respeito à intervenção do estado através do mecanismo de tombamento”. (Magnani, [(1984) 2007b:283)
- 28 Surgida em 1580, no primeiro século de povoamento, Santana de Parnaíba destacou-se como vila colonial por volta de 1620 como um dos pontos mais importantes de partida das bandeiras em virtude de sua localização estratégica às margens do Rio Tietê e da antiga rota indígena

de penetração para os sertões de Mato Grosso e Goiás. No ano da pesquisa era ainda uma cidade pequena – possuía 15.995 habitantes com casas e edificações tombadas, entre as quais a famosa casa do Anhanguera, datada da segunda metade do século XVII – e cujo cotidiano parecia transcorrer na calma das três ruas que delimitam o centro histórico.

29 A pesquisa seguiu três etapas: uma fase inicial, exploratória, com base em contatos e entrevistas informais principalmente com os idosos, sempre dispostos a falar sobre suas famílias e os costumes de antigamente. Em seguida, os dados colhidos nessa fase foram organizados numa grade classificatória que dividia os moradores entre os de “dentro” e os de “fora”, e estes últimos em “estrangeiros”, “artistas” e “funcionários”.

30 Cada uma dessas categorias tinha um discurso sobre si e sobre as demais e diferia com relação ao entendimento do que era o “patrimônio” dessa cidade “histórica”. Todas, porém, referiam-se a um ponto focal para onde convergiam as disputas: as festas. Estas, então, foram escolhidas, na terceira etapa, como objeto de observação de campo mais intensiva, com especial atenção para a comemoração de Corpus Christi e o trajeto da procissão pelas ruas decoradas em forma de tapete, mas tomando seu ciclo completo, que incluía a festa da padroeira da cidade, Santa Ana; a de S. Sebastião e S. Benedito; a romaria de S. Antônio no distrito rural do Surú; o carnaval com o tradicional “bloco dos fantasmas” etc.

31 Desta forma, por meio do método etnográfico, foi possível descrever e analisar o cotidiano da cidade e a alteração de sua dinâmica nos dias de festas, identificar os vários atores e sua relação com o espaço público e o privado, o afloramento dos conflitos e sua verbalização em torno do eixos de pertencimento ou não às velhas famílias e, finalmente, a incidência dessa trama toda no entendimento do patrimônio, tema central e objetivo da pesquisa.

32 Não se tratava de uma pacata cidade setecentista: encravada na região metropolitana de São Paulo, está próxima a grandes rodovias e cercada por uma imensa periferia. Chamou a atenção, entre outros achados da pesquisa, o caso de alguns “estrangeiros”, supostamente mais sensíveis ao tema do patrimônio, que afirmavam ter “restaurado” suas casas de fim-de-semana no centro histórico, à custa da demolição de moradias no interior do município para aproveitamento de materiais de construção “genuínos”.

33 Desta forma, variavam as concepções de patrimônio, sendo necessário encarar os atores em sua diversidade de interesses e concepções. Por outro lado, a recorrência do tema das festas, *locus* e momento de encontro não só dos diferentes categorias de moradores, mas também de visitantes de fora, mostrada pela pesquisa etnográfica, evidenciou sua centralidade e importância para a cidade: era uma boa entrada para colocar a questão do patrimônio e sua valorização, para além da dinâmica do dia-a-dia dos moradores.

Antropologia Urbana e Museus

34 O outro tema deste debate é a relação entre museus e antropologia, e uma das primeiras questões que emergem é a noção de representação: qual o critério que justifica se tal ou qual objeto, imagem, informação, etc. devem ou podem figurar no acervo? E, no caso específico dos museus de cidade, o que escolher, no multifacetado panorama da morfologia urbana, sistemas construtivos, composição demográfica, formação histórica etc. para “representar” sua diversidade e singularidade?

35 Convém, para iniciar a discussão, partir da ideia comum e corrente sobre representação: segundo uma perspectiva convencional, essa noção tem como pressuposto a existência de uma entidade fixa, no mundo lá fora, que é apreendida em sua totalidade e posteriormente expressa numa forma imediatamente reconhecível, de acordo com as regras do código escolhido, seja o verbal, escrito, pictórico ou outro, e com a relação que as vincula – mimética, metonímica ou metafórica.

36 Esta concepção, contudo, vem sendo colocada em discussão, no âmbito de várias disciplinas, entre as quais a Antropologia. Neste caso em particular, a chamada “crise da representação”, como se sabe, foi desencadeada em virtude da crítica desenvolvida no interior do movimento que ficou conhecido como “antropologia pós-moderna”, nas décadas de 1960 e 1970, sobre a forma de obtenção de dados e sua exposição em monografias clássicas.

- 37 O ponto central da crítica era se essas monografias, escritas segundo as regras de um estilo classificado como “realista”, representavam fidedigna ou legitimamente a organização social, o modo de vida, a cosmologia, os rituais, etc. dos povos sobre os quais versavam. Ao deixar de lado ou não explicitar as relações de poder envolvidas na relação pesquisador/nativo, as dificuldades de compreensão da língua, as condições de inserção no campo e muitos outros fatores, tais monografias eram questionadas em seu propósito de “representar” a complexa e cambiante realidade desses povos por meio de relato tornado fixo e congelado no texto final, que apresentava os resultados da pesquisa a partir de um ponto de vista privilegiado, o do pesquisador.
- 38 Sem entrar no mérito das controvérsias e desdobramentos que esse movimento gerou no campo da Antropologia, é possível retomar o ponto levantado e tentar aplicá-lo ao dilema central, posto pelos Museus de Cidade, que pode ser assim formulado: a cidade – principalmente em suas dimensões, formas e dinâmicas contemporâneas – pode ser “representada” segundo os recursos, instrumentos e noções correntes na museologia tradicional? Seu pressuposto não é, exatamente, a noção de representação definida mais acima?
- 39 O quadro se torna mais complexo quando se está diante de cidades conhecidas na literatura como “megacidades”, “cidades mundo”, “cidades globais”, de acordo com a classificação de Mongin (2009) com suas múltiplas centralidades, os diferentes modos de vida de seus moradores e a infinidade de marcas que imprimem na paisagem, instituições e equipamentos urbanos.
- 40 Diante de um quadro que ainda não havia chegado a essas escalas, o filósofo Jürgen Habermas, no artigo “Arquitetura moderna e pós-moderna” (1981) já se perguntava se ainda se podia falar em cidade – aquela cujo protótipo tinha como base os burgos da Alta Idade Média descritos por Max Weber (1999). Pois, segundo aquele autor, a vida urbana é cada vez mais mediatizada por “conexões sistêmicas não configuráveis” e “as aglomerações urbanas emanciparam-se do velho conceito de cidade ...” (op. cit.: passim, 123).
- 41 Neste caso, teriam “passado do ponto”, crescido demais e desordenadamente até sua desfiguração diante do costumeiro paradigma de referência? Ou, ao contrário, não seria o caso de pensar que, em virtude mesmo de suas escalas e funções – e das práticas de seus moradores – inauguram novos arranjos a partir de uma mesma forma estrutural? E, mais uma vez, como “representar” toda essa diversidade?
- 42 Penso que as categorias da Antropologia Urbana podem contribuir para pensar essas novas configurações e, em consequência, abrir espaço para retomar a relação museu/cidade numa perspectiva mais ampliada e colaborar para que, nesta relação, ambos os termos sejam devidamente contemplados em sua complexidade e possibilidades de interação. Algumas experiências concretas, que serão apresentadas a seguir, ajudam a elucidar a questão.

O Museu do Imaginário do Povo Brasileiro

- 43 Uma dessas experiências foi minha participação, em 2002, no Conselho Curatorial do Museu do Imaginário do Povo Brasileiro, para definir o conceito geral e fundamentar os diversos módulos das exposições. Neste caso, minha participação ateu-se ao plano conceitual, contribuindo para a discussão sobre a necessidade de distinguir entre “imaginário do” e “imaginário sobre” o povo brasileiro: era preciso estabelecer essa distinção para não mesclar orientações conflitantes, pois a possível escolha por uma ou outra alternativa teria como consequência uma proposta museológica tradicional: se a opção fosse por “imaginário do povo brasileiro”, correr-se-ia o risco de caminhar na direção de um museu do folclore; se, ao contrário, opção fosse pelo outro termo, “imaginário sobre o povo brasileiro”, o perigo seria de privilegiar uma visão de elite sobre o popular. Apesar de ter-se optado, na denominação, por uma das alternativas, o debate alertou sobre as diferenças entre elas, que foram levadas em conta no detalhamento das proposições.
- 44 O debate sobre essa distinção levou a outra antinomia – produto *versus* processo, com consequências no estabelecimento da relação entre exposição permanente e exposições temporárias: habitualmente, os museus apresentam ao público seus produtos – obras, objetos, imagens – com maior ou menor número de informações a respeito, mas não oferecem a

oportunidade de conhecer e discutir o processo de sua produção. Esta é uma etapa geralmente a cargo de uma reflexão mais intelectual feita por especialistas, restritos ao meio acadêmico, erudito. Ao público caberia apenas a contemplação, mais ou menos passiva, dos produtos.

45 A novidade que o Museu do Imaginário do Povo Brasileiro poderia apresentar era justamente oferecer os dois pólos: o produto – principalmente na modalidade das exposições temporárias – e a possibilidade de acesso ao processo de sua produção, aos fatores, em determinadas conjunturas (históricas, políticas, socioeconômicas, estéticas etc.) responsáveis pela particular forma que aquele produto, em exposição, assumiu. Seria o núcleo das exposições permanentes que abriria essa possibilidade e um Centro que Referência Integrado poderia dar continuidade a essa reflexão, numa estratégia museográfica própria e original.

Museu da Cidade de São Paulo

46 A segunda experiência de que participei, agora juntamente com outros integrantes do NAU, foi a tentativa de constituição do Museu da Cidade de São Paulo. Durante meses, em 2003 e 2004, uma equipe multidisciplinar reuniu-se para discutir conceitos e processos de gestão (atividades de pesquisa, pedagógicas, etc.) de mais uma proposta inovadora que, aliás, contava já com projeto e sede aprovados, o Palácio das Indústrias, no Parque d. Pedro II, região central da cidade.

47 O importante que quero destacar, contudo, não é tanto esse processo, mas a experiência que lhe deu suporte: a “Expedição São Paulo – 450 anos”. Com financiamento da Petrobrás, patrocínio do Jornal O Estado de São Paulo, apoio logístico da Secretaria Municipal de Cultura e do Instituto Florestan Fernandes, a equipe da EXPOMUS⁶ e do NAU reuniu trinta profissionais de diferentes áreas para uma “Uma viagem por dentro da metrópole” – por ocasião do aniversário da capital paulistana, em janeiro de 2004.

48 O propósito era entrar em contato com a diversidade das formas de sociabilidade e lazer, da religiosidade, dos sistemas populares de troca, da funcionalidade de sistemas complexos como o metrô, etc. constitutivos e suporte dos muitos modos de vida dos moradores de uma cidade então com cerca de 12 milhões de habitantes. Evidentemente não era um pesquisa etnográfica, no sentido técnico do termo, nem se pretendia fazer um registro exaustivo; mas ao cabo de uma semana, os profissionais das mais diversas áreas do conhecimento – ciências humanas, arquitetura, psiquiatria, etnomusicologia, museologia e arqueologia, artes e educação – que a percorreram ao longo de dois eixos, norte/sul e leste/oeste, puderam apreciar e depois refletir sobre a heterogeneidade, diversidade e riqueza dos arranjos de seus moradores, não para “sobreviver” no decantado “caos urbano” mas para com ela estabelecer suas criativas e surpreendentes relações.

49 O pressuposto que dirigiu o olhar foi o de que, não obstante um discurso recorrente sobre a violência, desigualdades, carências etc. continuamente atribuídos à metrópole, seria possível, por meio de uma perspectiva “de perto e dentro”, como se propõe o olhar etnográfico, entrar em contato com regularidades da vida cotidiana e as redes que a sustentam.

50 Os pesquisadores foram acompanhados por uma equipe de estudantes – muitos deles do NAU – cuja tarefa era coletar os dados encontrados e produzidos durante a viagem – fotos, entrevistas, informações, endereços, permissão para uso de imagem e até alguns objetos – destinados a integrar o acervo do futuro Museu da Cidade. Constava da proposta refazer a viagem de tempos em tempos e assim aplicar a metodologia de forma a acompanhar, sistematicamente, a dinâmica da cidade e a necessária renovação do espaço museológico destinado a interagir com ela. Mas...⁷

51 Duas experiências mais recentes fecham o leque: Museu do Futebol e o Museu da Imigração. Sobre o primeiro, não vou me estender, um vez que nesta edição há um relato mais detalhado sobre ele. Basta com sublinhar que este Museu, por iniciativa de uma diretora e uma coordenadora – ambas pesquisadoras membros do NAU – apresentou em 2010 um projeto à FINEP, órgão do Ministério de Ciência e Tecnologia, destinado a organizar o Centro de Referência do Futebol Brasileiro. Iniciado em 2012, seu objetivo é, a partir de um conselho e de uma equipe de pesquisadores, fazer um amplo levantamento de práticas ligadas ao futebol, do profissional ao amador, em São Paulo, destinado a alimentar o banco de dados do Museu

e vinculá-lo de forma inovadora a seu público, principalmente aos próprios atores sociais envolvidos, em suas redes, *circuits* e *trajetos*.

52 A proposta supõe a elaboração de instrumentos de pesquisa, registro e análise que aliam a prática museológica com a etnografia, de forma a ampliar os instrumentos de guarda, catalogação e exposição. Estão previstos cursos de formação de caráter multidisciplinar para os pesquisadores do Museu e cursos de extensão para interessados que, de uma forma ou outra, são detentores de coleções, memórias e acervos ligados à prática do futebol no cotidiano dos bairros e nos seus contextos de sociabilidade. O processo é acompanhado, em seu cronograma de atividades de recolha e interpretação de dados de campo, pelo NAU.

53 Já a participação do Núcleo de Antropologia Urbana no Museu da Imigração deu-se a partir de um convite da EXPOMUS, que ganhara a licitação para o projeto de revitalização desse tradicional equipamento. Coube-me elaborar o conceito do módulo VI da exposição que abria o Museu, “Migrações contemporâneas”. Com base nesse conceito foi escolhido o bairro do Bom Retiro para exemplificar as várias nuances e a atualidade do processo migratório em São Paulo para além de uma visão que enfatiza apenas as levas de migrantes de final do século XIX e começos do XX, como comumente é tratado esse tema. Ademais, o NAU, por meio de uma de suas equipes – o Nau Migração, realizou uma pesquisa para avaliar a acolhida, registrar as representações e as demandas da população do entorno do Museu, no bairro da Mooca.

Patrimônio imaterial: uma rua em Londrina

54 Já é comum vincular cada uma das facetas do patrimônio – arquitetônico, histórico, artístico, arqueológico e imaterial a um especialista da respectiva área, encarregado de definir critérios, fixar normas, estabelecer delimitações. O último a entrar na fila foi o antropólogo, atento aos saberes, festas, celebrações, modos de fazer, etc., principalmente no segmento da cultura popular tradicional. Como se sabe, cada um daqueles atributos tem sua cronologia e legitimidade: o primeiro, também conhecido como “pedra e cal” – é o mais consolidado no patrimônio, cujo paradigma são edificações emblemáticas do barroco luso-brasileiro.

55 Há, como também se sabe, razões políticas e ideológicas para essa escolha; o mesmo se pode dizer da profundidade temporal, expressa no “histórico”, que também delimita o alcance de patrimônio e lhe impõe limites. Muitas vezes, com base numa visão conservadora desses atributos, cidades mais recentes, com seus pioneiros, colonos, imigrantes, construções de madeira – como é o caso que se verá a seguir - teriam ficado de fora....

56 Por outro lado, existe um recurso que busca englobar toda essa diversidade de aspectos, temporalidades e ênfases e assim superar as dificuldades resultantes dos conflitos entre múltiplos critérios de definição: trata-se da consagrada expressão “patrimônio cultural”. Ainda que esta referência à “cultura” aponte para um plano mais amplo, se se analisa com cuidado percebe-se ser um expediente antes retórico que conceitual: os debates sobre cultura, e não apenas no interior da Antropologia, são infundáveis, o que colocaria a necessidade de, cada vez, distinguir filiações teóricas e precisar conceitos para evitar recortes com base no senso comum. Certamente, há um aspecto positivo, nessa tentativa que, se não resolve de pronto as múltiplas questões envolvidas, de certa forma aponta para a necessidade de uma maior abrangência e de busca de novos instrumentos para lidar com a questão do patrimônio.

57 Contudo, há que ir além desse expediente que termina por generalizar e dissolver diferenças. Para avançar na empreitada de caracterizar, num plano mais fino, o que constitui o patrimônio como digno de registro e merecedor de proteção, é preciso buscar critérios inovadores e quadros de referência mais amplos. E mais uma vez, considero que a Antropologia pode contribuir para o debate.

58 Trago um caso concreto que pode ilustrar essa questão. Recentemente fui convidado para fazer a apresentação de uma coletânea – Rua Sergipe: patrimônio cultural londrinense (Magalhães, 2012), com contribuições de diversos membros do IPAC/Londrina (PR)⁸. Cada um dos autores – arquitetos, historiadores, cientistas sociais – focou na parte que lhe cabe do patrimônio, mas eu gostaria de chamar a atenção para um desses recortes (Cesário, 2012.)

59 Tratava-se, neste caso, de recuperar a dinâmica atual dessa rua, mostrando sua vitalidade e diversidade por meio da aplicação das categorias *pedaço*, *circuito*, *mancha*, *trajeto*, *pórtico*,

acionadas para detectar regularidades e padrões. Há certamente, uma continuidade entre a “velha” rua Sergipe, dos tempos gloriosos da formação da cidade com suas edificações e atividades datadas – e, por isso, fonte de representações – e os usos atuais.

60 Jane Jacobs, no livro em que descreve o cotidiano de uma cidade norte-americana típica, em contraposição ao artificialismo do urbanismo modernista (1992), usa uma interessante expressão – o “balé das calçadas” – para se referir à vitalidade que os múltiplos usos da rua proporcionam e asseguram à dinâmica urbana. Esse aspecto, em termos de patrimônio, corresponderia, de certa maneira, à mais recente forma de adjetivá-lo: patrimônio imaterial pois, no caso específico dessa rua, abrange um conjunto de práticas e atributos – lugares de encontro, comportamentos, gestos, ditos, receitas de boteco, brincadeiras, festas – algumas efêmeras, outras sem suporte material durável, outras ainda, resultado da conjunção de uma

61 multiplicidade de elementos constitutivos. Aquelas categorias permitiram identificar, em meio ao aparente caos, algumas regularidades que outorgam uma particular feição a essa rua. Mais que isso, o trabalho de campo realizado identificou, ainda, novas categorias, *nativas* – o “lugar de pausa”, entre outras – que enriquecem e trazem significativas nuances àquele conjunto, já estabelecido, de categorias.

62 Essa iniciativa evidencia a necessidade de transcender as classificações consagradas e encarar a questão do patrimônio não apenas em sua contemporaneidade, mas também de submetê-la a pesquisas inovadoras com novas ferramentas e novos enfoques, como a que este livro registra, sobre uma cidade média, de implantação recente.

Conclusão

63 Para finalizar reporto-me a um texto de Ulpiano B. de Menezes “A cidade como um bem cultural”, em coletânea publicada pela 9ª SR/IPHAN, seguida por comentários de convidados como Antonio Augusto Arantes, Edgar Assis Carvalho, Paulo Ormino de Azevedo e eu próprio (MORI, Victor Hugo; SOUZA, Marise Campos et alii (org): 2006). Aproveito uma observação que ele fez ao meu comentário (uma espécie de réplica), a propósito da categoria “circuito”, para retomar os elementos que desenvolvi ao longo deste trabalho: a antropologia e suas relações com patrimônio; a cidade e a questão das formas de representação museológicas.

64 Nesse artigo, Ulpiano postula a noção de cidade como bem cultural, em contraposição à ideia, mais corrente, de “bens culturais na cidade” ou ainda, à de “usos culturais”, esta última difundida por meio da estratégia de se destinar bens tombados a uma finalidade supostamente mais nobre, como espaços de cultura.

65 Considerar a cidade como bem cultural é uma postura que amplia o alcance das políticas de preservação: o princípio não seria começar pelo inventário de uma série discreta de elementos como dignos de proteção; na verdade, é a cidade (como artefato, como resultado de um campo de forças e como representação, segundo o autor) que sustenta o complexo jogo de significados gestados ao longo de processos sociais e que pode estar condensado e ser identificado, de maneira mais específica, neste ou aquele sítio, edificação, objeto.

66 Mas não é a presença de algum monumento que torna a cidade digna de contemplação, fruição ou conhecimento, e sim a rede de significados que torna tal ou qual “bem” merecedor de nota e, portanto, de proteção. Colocar a cidade em primeiro plano, como um bem cultural (ao invés de atomizá-la nos “bens culturais” que a compõem), abre mais espaço para as práticas preservacionistas; trata-se de posição que oferece uma alternativa às decantadas análises dos “problemas urbanos”.

67 Esta argumentação lembra-me uma passagem de *Tristes Tópicos* em que Lévi-Strauss qualifica a cidade como “a coisa humana por excelência”:

Não é portanto apenas de maneira metafórica que é possível comparar - como se fez muitas vezes - uma cidade a uma sinfonia ou a um poema; são objetos de natureza idêntica. A cidade, talvez mais preciosa ainda, situa-se na confluência da natureza e do artifício. Congregação de animais que encerram a sua história biológica nos seus limites, modelando-a ao mesmo tempo com todas as suas intenções de seres pensantes, a cidade provém simultaneamente da procriação biológica, da evolução orgânica e da criação estética. É ao mesmo tempo objeto de natureza e sujeito de cultura; indivíduo e grupo; vivida e sonhada; a coisa humana por excelência. (1955:117)

68 Pode parecer extemporânea uma afirmação como essa diante da escala e dos problemas principalmente das megacidades contemporâneas. Tenha-se em conta, porém, o contexto em que aparece: Lévi-Strauss estava falando de cidades brasileiras que conheceu na década de 1930 (São Paulo; as cidades novas do norte do Paraná; Goiânia), mas também Karachi e Calcutá na Índia e os sítios arqueológicos de Mohenjo-Daro e Harappa, datados de 5.000 anos. Para além das diferenças históricas e tipológicas, o que interessa é identificar princípios estruturantes, perceptíveis no plano da longa duração e é nesse sentido que a cidade constitui, ainda nas palavras do autor, “a forma mais completa e requintada de civilização” (id., ib., :116).

69 Se esta perspectiva oferece um bom antecedente para a ideia da cidade como artefato, pensada como um todo, permanece, contudo, a questão: como representar? O que escolher? Penso que a categoria de *circuito* recupera essa ideia de unidade, totalidade, mas

Não se trata, evidentemente, daquela totalidade que evoca um todo orgânico, funcional, sem conflitos; tampouco se trata de uma totalidade que coincide, no caso da cidade, com os seus limites políticos-administrativos (...). No entanto, renunciar a esse tipo de totalidade não significa embarcar no extremo oposto: um mergulho na fragmentação. Se não se pode delimitar uma única ordem, isso não significa que não há nenhuma; há ordenamentos particularizados, setorizados; há ordenamentos, regularidades. (Magnani, 2002:16)

70 A noção de *circuito*, se de um lado aponta para a ideia de uma totalidade, não a reifica. O exemplo que usei no comentário ao artigo de Ulpiano – por casualidade foi sobre cinema – ajuda a esclarecer a questão de como representar o aparente paradoxo singularidade/diversidade urbana num espaço museológico. Mais do que um bem isolado, o que interessa é o *circuito* no qual ele adquire significado.

71 Esta categoria (Magnani, 2007) ⁹ surgiu da necessidade de nomear uma modalidade de relação com a cidade que não se encaixava em formas de copresença entre atores e espaço. Se nos limites do *pedaço* e da *mancha*, é possível determinar determinado recorte na paisagem juntamente com os seus usuários, o *circuito* apresenta outra dinâmica de interação entre ambos. Tome-se como exemplo um tipo de prática cultural que supõe, para seu exercício, determinados equipamentos e estabelece vínculos duradouros entre seus aficionados, fundamentando uma comunidade de interesses: a dos cinéfilos.

72 Não se trata de consumidores individualizados: a própria natureza da atividade que os agrupa e caracteriza supõe uma rede construída com base na troca de informações, comentários, controvérsias, busca e exibição de conhecimentos. E a base territorial de sua prática pode formar uma *mancha* contínua, mas também instaura uma rede: está espalhada pela cidade e não é constituída apenas pelos chamados cinemas de arte, mas por livrarias, debates e exposições especiais em auditórios situados em instituições públicas e fundações privadas, eventos como mostras, festivais, lançamentos etc.

73 O *circuito* articula essas duas dimensões; aplique-se essa categoria a alguma outra prática – com atenção para as passagens e *links* entre muitas delas – e o que se terá é menos a imagem de algo fragmentado e isolado na paisagem da cidade e sim a de uma espécie de totalidade articulada (mas não necessariamente contígua) com frequentadores específicos, com regras, pautas de consumo, padrões de sociabilidade, calendário etc. Note-se, a propósito, a consequência que esse tipo de leitura teria sobre medidas de proteção realmente comprometidas com práticas culturais significativas, com base numa rede viva e atuante de atores: pouco sentido teria, por exemplo, o tombamento pontual e isolado de alguma sala de cinema, sem levar em consideração todo o seu *circuito*, ou a *mancha* em que se localiza.

74 Voltando ao cinema: deve ser levado em conta não apenas o espaço, mas a linha do tempo: no caso de São Paulo, não há como ignorar importância da “Boca do Lixo”, um quadrilátero no bairro da Luz, polo da indústria cinematográfica nas décadas de 1920 e 1930, cuja produção se caracterizou por filmes de baixo orçamento e, mais tarde, pela pornochanchada dos anos 1970; as velhas e imponentes salas de projeção do centro, na chamada Cinelândia, das décadas de 1940 e 1950 – muitas delas, ainda em atividade, como cines pornô; a Companhia Cinematográfica Vera Cruz, o mais importante estúdio cinematográfico brasileiro da década de 1950; a filmografia de Amácio Mazzaropi, campeão de bilheteria até a década de 1970; a atual Cinemateca e seu acervo, os cines de arte, as salas de projeção em *shopping-centers*, o

papel da Mostra Internacional de Cinema de São Paulo, já na 35ª edição, etc. Um bem isolado – tal ou qual sala, acervo, equipamentos – adquire pelo sentido quando incorporado a esse *circuito* ou no interior de uma *mancha*, que neste caso poderia ser considerada como “entorno”, no jargão técnico.

75 Eis aí um *circuito* consistente, em que cada ponto contribui com sua especificidade para uma prática cujo denominador comum, o desfrute do cinema, é assegurado pela oferta de um sem número de serviços constituídos ao longo do tempo e distribuídos pelo espaço da cidade. O mesmo pode ser aplicado a uma *mancha*, como no caso da esquina da Paulista com a Consolação, quando o Cine Belas Artes e o bar Riviera constituíam seus polos aglutinadores – agora deslocada para a Baixa Augusta com Frei Caneca. Nestes casos, os *trajetos* dos frequentadores, claramente identificáveis, se dão na escala do andar – diferentemente do que ocorre no *circuito*, que independe da contiguidade espacial.

76 Desta forma, quer se esteja às voltas com a questão do patrimônio a ser identificado, protegido e preservado – como se viu a propósito dos casos do Cine Belas Artes, do Parque do Povo, de Santana de Parnaíba, da rua Sergipe em Londrina – ou com as desafios museológicos postos pela dinâmica e diversidade das cidades – Museu da Cidade de São Paulo, Museu do Futebol, Museu do Imaginário do Povo Brasileiro – a Antropologia, especialmente a Antropologia Urbana, com seu método diferencial, a etnografia, suas categorias de análise e estratégias de pesquisa pode abrir um fecundo diálogo com as disciplinas tradicionalmente comprometidas com os campos do patrimônio e da museologia.

Bibliografia

CESÁRIO, Ana Cleide C. et alii. 2012. “Sergipe, a rua de todas as compras”. In: MAGALHÃES, Leandro Henrique. Rua Sergipe: Patrimônio Cultural Londrinense. Londrina: UniFil. P. 75-101.

HABERMAS, Jürgen. 1992. “Arquitetura moderna e pós-moderna”. In: ARANTES, Otília & ARANTES, Paulo E. (org), Um ponto cego no projeto moderno de Jürgen Habermas. São Paulo: Brasiliense p. 125-149

JACOBS, Jane. 1992. The Death and Life of Great American Cities. Nova York: Vintage.

LÉVI-STRAUSS, Claude. 1955. Tristes Trópicos. Lisboa: Edições 70

MAGALHÃES, Leandro Henrique. 2012. Rua Sergipe: Patrimônio Cultural Londrinense. Londrina: UniFil.

MAGNANI, J. Guilherme C. & MORGADO, Naira. 1996. “Tombamento do Parque do Povo: futebol de várzea também é patrimônio”. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Ministério da Cultura - Brasil, v. 24, p. 175-184

MAGNANI, J. Guilherme C. (org). 2004. Expedição São Paulo 450 anos – uma viagem por dentro da metrópole. São Paulo: Secretaria de Cultura do Município de São Paulo/ Instituto Florestan Fernandes.

MAGNANI, J. Guilherme C. 2007. “Introdução: circuito de jovens”. In MAGNANI, J. Guilherme C & MANTESE, Bruna. Jovens na metrópole: etnografias de circuitos de lazer, encontro e sociabilidade. São Paulo: Terceiro Nome. (Col. Antropologia Hoje), p.15-22

MAGNANI, J. Guilherme C. 2007 b. “Santana de Parnaíba: memória e cotidiano”. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário de S. & SANTOS, Myrian S. Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas. Rio de Janeiro: Garamond Universitária/ MINC, p. 283-323

MENEZES, Ulpiano Bezerra. 2006. “A cidade como bem cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano”. IN MORI, Victor Hugo; SOUZA, Marise Campos et alii (org). Patrimônio: atualizando o debate. São Paulo: 9ª SR/IPHAN p.33-76

MONGIN, Olivier. 2009. A condição urbana: a cidade na era da globalização. São Paulo: Estação Liberdade

TORRES, Lilian de Lucca. 2008. “Programa de Paulista: lazer no Bixiga e na avenida Paulista com a rua da Consolação”. IN: MAGNANI, J. Guilherme C. & Torres, Lilian. Na metrópole: textos de antropologia urbana. 3ª ed. São Paulo: Edusp/ Fapesp, p. 54-87

WEBER, Max. 1999. Economia e sociedade. Brasília: Editora da UNB, vol. 2

Notas

1 No artigo “Dois anos sem o Cine Belas Artes: sim! há o que comemorar”, publicado na revista *Carta Capital*, edição de 21 de março de 2013, Nabil Bonduki, professor da FAU-USP, livre-docente em planejamento urbano, vereador em São Paulo e relator da Lei do Plano Diretor Estratégico da cidade, comemora a reversão do fechamento, após a mobilização feita pelo MBA (Movimento Pelo Cine Belas Arte) que conseguiu mais de cem mil manifestações em apoio, pela internet, ao manifesto em defesa do cinema. “O Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico) determinou o tombamento da fachada e registro de memória do cinema. Nenhuma obra ou alteração física pode ser feita sem a autorização do órgão. Espera-se que, com a nova administração da cidade, o Conpresp (Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio), que há dois anos abriu processo de tombamento do cinema, possa retomar o assunto, que recebeu parecer positivo da sua área técnica”

2 “Manchas são áreas contíguas do espaço urbano dotadas de equipamentos que marcam seus limites e viabilizam – cada qual com sua especificidade, competindo ou complementando – uma atividade ou prática predominante. Essa categoria foi proposta para descrever um determinado tipo de arranjo espacial estável na paisagem urbana, se comparada, por exemplo, com a de pedaço, mais estreitamente ligada à dinâmica do grupo que com ela se identifica. A qualquer momento, os membros de um pedaço podem eleger outro espaço como ponto de referência e lugar de encontro. A mancha, ao contrário, resultado da relação que diversos estabelecimentos e equipamentos guardam entre si, e que é o motivo da afluência de seus frequentadores, está mais ancorada na paisagem do que nos seus eventuais usuários. A identificação destes com a mancha não é da mesma natureza que se vê entre o pedaço e seus membros. A mancha é mais aberta, acolhe um número maior e mais diversificado de usuários, e oferece a eles não um acolhimento de pertencimento e sim, a partir da oferta de determinado bem ou serviço, uma possibilidade de encontro, acenando, em vez da certeza, com o imprevisível: não se sabe ao certo o que ou quem vai se encontrar na mancha, ainda que se tenha uma ideia do tipo de bem ou serviço que lá é oferecido e do padrão de gosto ou pauta de consumo dos frequentadores” (Magnani, 2007:20).

3 Um desses trajetos: chegar com certa antecipação, comprar o ingresso e aproveitar o tempo da espera para o início do filme com um café ou lanche rápido no Baguette, no outro alado da rua. Terminada a sessão, o destino era o Bar Riviera (mais intelectualizado) ou o Metrópolis (de “paquera”). Antes ou depois, uma passagem pelas livrarias e, mais tarde, para os aficionados, a boite.

4 Está situado no Bairro Itaim Bibi, no perímetro compreendido entre as avenidas Juscelino Kubistchek, Cidade Jardim, Brigadeiro Haroldo Veloso e Marginal do rio Pinheiros.

5 http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/parques/regiao_centrooeste/index.php?p=22396 (capturado em 06/09/2012, 08:34)

6 “A Expomus [sob coordenação da museóloga Maria Ignez Mantovani] é uma empresa que desde 1981 atua em projetos de natureza museológica no âmbito social, cultural, científico, tecnológico e do meio ambiente (...). Museus e instituições culturais nacionais e internacionais, colecionadores privados e corporativos, e órgãos públicos nas esferas municipal, estadual e federal, estão entre os nossos principais parceiros e clientes” Para mais informações, vide site: <http://www.expomus.com.br/> (capturado em 09/08/2012, 08:30)

7 Outra iniciativa que, por razões políticas, não vingou. A Expedição teve como produtos uma exposição na Galeria Olido, um livro *Expedição São Paulo, 450 anos: uma vigem por dentro da metrópole*, um vídeo com o mesmo título, um cd com as fotos.

8 “O Projeto de Extensão “Inventário e Proteção do Acervo Cultural de Londrina - IPAC/LDA” nasceu em 1986 na Universidade Estadual de Londrina - UEL por sugestão de José Guilherme Cantor Magnani - então Coordenador do Patrimônio Cultural da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná. A proposta era desenvolver uma política de conhecimento e intervenção no Patrimônio Material e Imaterial na região Norte do Paraná. Ao escolher Londrina para iniciar um trabalho de política pública voltada para o Patrimônio Cultural, Magnani fazia uma escolha instigante, pois a cidade e região eram partes de uma colonização nova, o que exigiria uma abordagem teórico-metodológica atualizada e ampliada em relação aos conceitos e práticas até então vigentes” (<http://www.uel.br/projetos/ipaclda/>)

9 “Trata-se de uma categoria que descreve o exercício de uma prática ou a oferta de determinado serviço por meio de estabelecimentos, equipamentos e espaços que não mantêm entre si uma relação de contiguidade espacial, sendo reconhecido em seu conjunto pelos seus usuários habituais. A noção de circuito também designa um uso do espaço e de equipamentos urbanos – possibilitando, por conseguinte, o exercício da sociabilidade por meio de encontros, comunicação, manejo de códigos –, porém de forma mais independente com relação ao espaço, sem se ater à contiguidade, como ocorre na mancha ou no pedaço. Mas tem, igualmente, existência objetiva e observável: pode ser levantado, descrito e localizado” (Magnani, 2007:20)

Para citar este artigo

Referência eletrônica

José Guilherme Cantor Magnani, « A antropologia, entre patrimônio e museus », *Ponto Urbe* [Online], 13 | 2013, posto online no dia 31 Dezembro 2013, consultado o 18 Julho 2014. URL : <http://pontourbe.revues.org/680> ; DOI : 10.4000/pontourbe.680

Autor

José Guilherme Cantor Magnani
NAU/USP

Direitos de autor

© NAU

Resumos

Este artigo apresenta, a partir da análise de alguns casos, a contribuição da Antropologia, e em especial da Antropologia Urbana, para a caracterização do que seja um bem cultural e de seu valor de patrimônio no contexto da paisagem urbana. Mais concretamente, é mostrada a aplicação do método etnográfico, com seu olhar de “perto e de dentro”, e das categorias *pedaço, mancha, trajeto e circuito*, desenvolvidos em pesquisas do Núcleo de Antropologia Urbana (NAU/USP). Pretende-se, desta forma, argumentar que esta contribuição pode aportar novos elementos para uma melhor definição das várias modalidades de patrimônio – arquitetônico, arqueológico, histórico, e principalmente do chamado imaterial ou intangível. Abre-se, assim, assim um fecundo diálogo com as disciplinas tradicionalmente comprometidas com os campos do patrimônio e da museologia.

By analyzing some cases this article exposes the contribution of Anthropology, and specially, Urban Anthropology to the characterization of what may or may not be a cultural good and its value as Heritage in the context of the urban landscape. As a matter of fact, here it is shown the application of the ethnographic method, with its “inside and close-by” regard and with the categories of *turf, patch, route and circuit*, developed along researches performed at the *Núcleo de Antropologia Urbana* (NAU/USP) [Urban Anthropology Nucleus]. Thus, our aim is to argument that this work brings forth new elements for a better definition of the many heritage modalities – be it Architectonic, Archeological, Historical, and mainly the so-called Immaterial or Intangible. Thereby a fecund dialogue is opened between Anthropology and the disciplines traditionally engaged with the fields of Heritage and Museology.

Entradas no índice

Keywords : urban anthropology, cultural heritage, patch, city museum, urban landscape

Palavras chaves : antropologia urbana, patrimônio cultural, mancha, museu da cidade, paisagem urbana

Notas do autor

Este artigo, publicado originalmente em inglês na revista Vibrant, da Associação Brasileira de Antropologia, vol. 10, n. 1, com o título “Anthropology between Heritage and Museums”, tem sua versão em português nesta edição da Ponto Urbe por especial permissão da Comissão Editorial da Vibrant.